

A real escola pública

ALUNOS da rede estadual de ensino improvisam um grupo de estudos, para tentar voltar ao hábito de trabalho impedido de se exercer em mais de 80 dias de greve. É uma escola pública alternativa, ensaiada pelos usuários da educação, esquecidos ou relegados pelos que se concentram sobre o Estado, provedor de educação: programam estas assembléias em série; repetem as passeatas e até cogitam de um acampamento de vigília, junto à residência oficial do Governador do Estado, sem que jamais lhes ocorra a necessidade de alguma ajuda ou sugestão daqueles.

AOS alunos se juntam os pais, em melhores condições de fazer valer direitos, que os filhos; e reivindicam a volta dos professores às salas de aula, quando mais não fora, em contraprestação pelos salários religiosamente recebidos nesse período, ou para que não fique a evidência pouco educativa de fraude premeditada no ponto assinado sem trabalho algum realizado.

ANUNCIA, enfim, o Estado a convocação, em caráter de emergência, de voluntários

qualificados, para ressarcir um pouco do prejuízo sofrido pelos alunos; sobretudo dos alunos da terceira série do Segundo Grau, que aspiram legitimamente a se candidatar aos vestibulares, dentro de pouco mais de quatro meses.

O QUE esse conjunto de fatos mostra? E o que se colhe, logo à primeira vista, dos piquetes que os grevistas procuraram montar à porta do Instituto de Educação, para impedir o acesso de pais e alunos, que exigiram a intervenção da própria Diretora do Instituto?

OS FATOS revelam que a greve degenerou, de um conflito nas relações de trabalho, explorado por um exercício constante de intransigência, em choque deliberado com a sociedade. E que a esta cabe organizar-se mais, face a uma questão de que se viu marginalizada, primeiro, e afrontada, agora.

ESSA marginalização materializou-se no piquete à porta do Instituto de Educação; como se materializara, antes, na dúvida arrogantemente lançada sobre a legitimidade do movimento de

pais e alunos. Percebe-se que aos grevistas só interessa a passividade de pais e alunos; ou o concurso destes, só na perspectiva de se somarem em massa de manobra: quando pais e alunos surgiram como conscientes e a reclamar participação ativa e independente em decisões que os tocam, tentou-se barrá-los.

NO CONFRONTO da greve com a sociedade, o Estado não tem um lado a escolher: tem de estar com a coletividade que representa, acima dos grupos e respectivos interesses. E sem ambigüidade ou hesitação.

QUANDO o ponto assinado não faz prova alguma de trabalho realizado, também não faz jus à remuneração. E cabe ao Estado, quer bloquear esta, quer denunciar a burla; a menos que queira admitir, com o desgaste político, a desmoralização da instituição. Cabe-lhe ainda indagar da idoneidade profissional dos que proclamaram publicamente o recurso ao ardil, em satisfação à sociedade que o pôde testemunhar. E em defesa da escola pública, ameaçada de perder-se em feudo de corporações.